

A Nova Gazeta Renana



KARL MARX¹

*A declaração de Camphausen
na sessão de 30 de maio*
(NGR, nº 3, 3/6/1848)

Post et non propter,² ou seja, o sr. *Camphausen* tornou-se primeiro-ministro³ não *através* da Revolução de Março, mas sim *depois* da Revolução de Março. O significado desta posteriori-

dade de seu ministério foi revelado pelo sr. *Camphausen* de maneira solene e transcendente, com aquela, por assim dizer, grave corporeidade que oculta as carências da alma,⁴ a 30 de maio de 1848 à Assembléia de Berlim, resultante do acordo entre ele e os eleitores indiretos.⁵

“O ministério formado a 29 de março”, diz o pensador amigo da história,⁶

1. Artigos recolhidos e traduzidos por Livia Contrim (e-mail: lcotrim@aol.com).

2. Depois e não através.

3. O *ministério Camphausen* substituiu, em 29 de março de 1848, o governo do conde Arnim-Boitzenburg, formado em 19 de março de 1848. O primeiro-ministro do novo governo era o banqueiro renano Ludolf Camphausen (1803-1890), presidente da Câmara de Comércio de Colônia, um dos líderes da burguesia liberal renana, membro, em 1847, da Dieta Unificada; o ministro das Finanças era David Justus Hansemann (1790-1864), um dos representantes da grande burguesia renana, que, na primeira Dieta Unificada, de 1847, se apresentara como líder da oposição liberal e, em 1848, se elegera deputado à Assembléia Nacional Prussiana. Esse governo via como sua tarefa a mediação entre a grande burguesia e a Coroa.

4. Do romance de Laurence Sterne, *The Life and opinions of Tristram Shandy, Gentleman* (A vida e as opiniões de Tristram Shandy), vol. 1, capítulo 11.

5. A *Assembléia Nacional Prussiana* foi convocada no dia 22 de maio de 1848 para “entender-se com a Coroa” sobre uma Constituição. Apesar da lei eleitoral de 8 de abril de 1848, que previa o sufrágio universal, a Assembléia foi eleita pela via indireta. A maioria dos deputados era representante da burguesia e dos burocratas prussianos.

6. Designação irônica de Marx e Engels para Camphausen, aludindo ao subtítulo da obra então muito conhecida *História geral do início do conhecimento histórico até nossa época. Elaborado por Karl Von Rotteck para os pensadores amigos da história*, Freiburg im Breisgau, 1834.

“reuniu-se logo depois de um acontecimento cujo significado não desconhecia nem desconhece.”⁷

A afirmação do sr. Camphausen, de que não formara o ministério antes do 29 de março, comprova-se nos números dos últimos meses da *Gazeta do Estado Prussiana*.⁸ E pode-se seguramente supor que uma data tenha grande “significado”, especialmente para o sr. Camphausen, quando constitui ao menos o ponto de partida cronológico de sua ascensão. Que tranquilidade para os combatentes mortos nas barricadas que seus frios cadáveres figurem como marcos, como indicadores apontados para o ministério de 29 de março! *Quelle gloire!*⁹

Numa palavra: depois da Revolução de Março, formou-se um ministério Camphausen. Este mesmo ministério Camphausen reconhece o “grande significado” da Revolução de Março; ao menos, não o desconhece. A revolução mesma é bagatela, mas seu significado! Ela significa, justamente, o mi-

7. Em seus artigos sobre os debates na Assembléia Nacional prussiana (Assembléia Ententista), Marx e Engels utilizaram as “Notas estenográficas sobre os debates da Assembléia convocada para fazer um acordo sobre a Constituição Prussiana”, suplemento do *Diário Oficial Prussiano*, vol. 1-3, Berlim, 1848, publicadas mais tarde como edição avulsa sob o título *Debates da Assembléia Constituinte da Prússia de 1848*, vol. 1-8, Berlim, 1848.

8. *Gazeta Geral do Estado Prussiana* – fundada em Berlim em 1819, de 1819 até abril de 1848 o órgão semi-oficial do governo prussiano; de maio de 1848 até julho de 1851 foi publicada sob o título de *Diário Oficial Prussiano* como órgão oficial do governo prussiano.

9. Que glória!

nistério Camphausen, ao menos post festum.

“Este acontecimento” — a formação do ministério Camphausen ou a Revolução de Março? — “é uma das causas mais essenciais que contribuem para a transformação de nossa constituição política interna.”

Isto deve significar que a Revolução de Março é uma “causa essencial, que contribui” para a formação do ministério de 29 de março, ou seja, para o ministério Camphausen. Ou isto deveria meramente significar: a revolução prussiana de março revolucionou a Prússia? Em todo caso, uma tão solene tautologia é presumível num “pensador amigo da história”.

“Encontramo-nos no umbral da mesma” (a saber, da transformação de nossas relações políticas internas), “e o caminho diante de nós é longo, o governo o reconhece.”

Numa palavra: o ministério Camphausen reconhece que tem ainda um longo caminho diante de si, isto é, promete-se uma longa duração. Breve é a arte, isto é, a revolução, e longa a vida,¹⁰ isto é, o ministério que a sucede. E, ainda por cima, ele próprio o reconhece. Ou interpreta-se de outra maneira as palavras de Camphausen? Certamente não pretendemos do pensador amigo da história a trivial explicação de que os povos que se encontram no umbral de uma nova época histórica, no umbral estão, e que o ca-

10. Citação modificada do *Fausto*, de Goethe, Primeira Parte, “Noite”; ali se diz: “Longa é a arte, e curta nossa vida”.

minho que cada época tem diante de si seja tão longo quanto o futuro.

Tal é a primeira parte do laborioso, grave, formal, sólido e fino discurso do primeiro-ministro Camphausen. Resume-se em três frases: Depois da Revolução de Março, o ministério Camphausen. Grande significado do ministério Camphausen. Longo caminho diante do ministério Camphausen!

Agora, a segunda parte.

“Mas, de maneira alguma compreendemos a situação assim”, explica doutralmente o sr. Camphausen, “como se tivesse se produzido, através desse acontecimento” (a Revolução de Março) “uma completa reviravolta, como se toda a constituição de nosso Estado tivesse sido derrubada, como se todo o existente tivesse cessado de existir juridicamente, como se todas as situações precisassem ser de novo juridicamente fundadas. Ao contrário. No momento de sua reunião, o ministério concordou em considerar como uma questão vital que a Dieta Unificada¹¹ antes convocada se reunisse efetivamente, apesar das petições em contrário recebidas, e que se passasse à nova Constituição a partir da Constituição existente, com os meios legais que ela oferecia, sem cortar o laço que liga o velho ao novo. Este caminho incontestavelmente certo foi seguido, a lei eleitoral foi submetida à Dieta Unificada e, com sua aprovação, foi

promulgada. Mais tarde, procurou-se induzir o governo a modificar a lei de moto próprio, especialmente a converter o sistema eleitoral indireto no direto. O governo não cedeu a isto. O governo não exerceu nenhuma ditadura; não pôde exercê-la, não quis exercê-la. A lei eleitoral foi aplicada de fato tal como existia de direito. Sobre a base desta lei eleitoral foram eleitos os eleitores e os deputados. Sobre a base desta lei eleitoral, os senhores estão aqui, com plenos poderes para entender-se com a Coroa sobre uma Constituição que, esperamos, seja durável para o futuro.”

Um reino por uma doutrina!¹² Uma doutrina por um reino!

Primeiro vem o “acontecimento”, título envergonhado da revolução. Depois vem a doutrina e logra o “acontecimento”.

O “acontecimento” ilegal faz do sr. Camphausen um primeiro-ministro responsável, uma figura que não tinha nenhum lugar, nenhum sentido no passado, na Constituição então existente. Através de um salto mortale, saltamos por sobre o velho e encontramos, por sorte, um ministro responsável; mas o ministro responsável encontra, por mais sorte ainda, uma doutrina. Com o primeiro sopro de vida de um primeiro-ministro responsável, a monarquia absoluta morrera, decompusera-se. Entre suas vítimas, encontrava-se na primeira fileira a defunta “Dieta

11. Era composta, mais ou menos, como a Assembléia dos Notáveis da França às vésperas de 1789, na qual estavam representadas as três ordens (nobreza, clero e terceiro Estado).

12. Citação modificada de *Rei Ricardo III*, de Shakespeare, Ato 5, cena 4; ali se diz: “Um cavalo, um cavalo! Meu reino por um cavalo!”.

Unificada”, esta repugnante mistura de delírio gótico com mentira moderna.¹³ A “Dieta Unificada” era a “fiel amada”, a besta de carga da monarquia absoluta. Assim como a república alemã só pode festejar seu advento sobre o cadáver do sr. Venedey,¹⁴ o ministério responsável só pode festejar o seu sobre o cadáver da “fiel amada”. O ministro responsável procura agora o cadáver esquecido ou evoca o espectro da fiel amada “Unificada”, o qual efetivamente aparece, mas, desgraçadamente, cambaleando suspenso no ar, executando as mais extravagantes cabriolas, já que não encontra mais nenhum terreno sob seus pés, pois o antigo terreno do direito e da confiança fora tragado pelo terremoto do “acontecimento”. O mestre feiticeiro comunica ao espectro que o chamara para liquidar seu legado e poder portar-se como seu leal herdeiro. O espectro não poderia jamais apreciar suficientemente este obsequioso comportamento, pois na vida comum não se permite que os mortos firmem testamento postumamente. Sumamente lisonjeado, o espectro aquiesce como um pagode a tudo o que o feiticeiro ordena, faz uma reverência à saída e desaparece. A lei da eleição indireta¹⁵ é seu testamento póstumo.

13. HEINE, *Alemanha. Um conto de inverno*, cap. XVII.

14. Venedey, Jacob (1805-1871): historiador e publicista de Colônia. Em 1848, foi membro do Parlamento Preparatório e da Assembléia Nacional de Frankfurt (centro-esquerda).

15. A “lei eleitoral para a Assembléia convocada para se entender sobre a Constituição prussiana” foi aprovada, por proposta do ministério

O embuste doutrinário através do qual o sr. Camphausen, “a partir da Constituição existente, passou, com os meios legais que ela oferecia, à nova Constituição” efetuou-se da seguinte maneira:

Um acontecimento ilegal faz do sr. Camphausen um primeiro-ministro responsável, um ministro constitucional — uma pessoa ilegal no sentido da “velha” “Constituição existente”. O ministro constitucional faz, de modo ilegal, da inconstitucional, estamental fiel amada “Unificada” uma Assembléia constituinte. A fiel amada “Unificada” faz, de modo ilegal, a lei da eleição indireta. A lei da eleição indireta faz a Câmara de Berlim, e a Câmara de Berlim faz a Constituição, e a Constituição faz todas as Câmaras seguintes para todo o sempre.

Assim, o ganso torna-se ovo e o ovo, ganso. Mas, no grasnido salvador do Capitólio¹⁶ o povo reconhecerá, breve, que os ovos dourados de Leda, que pôs na revolução, foram surrupiados. O próprio deputado Milde¹⁷ não pare-

Camphausen, em 8 de abril de 1848 pela segunda Dieta Unificada e baseava-se no sistema de eleição indireta em duas etapas.

16. No ano 390 a.C., os gauleses ocuparam a cidade de Roma, com exceção do Capitólio, cujos defensores, segundo a tradição, quando de um ataque-surpresa noturno dos inimigos, foram acordados a tempo pelo grasnido dos gansos do templo de Juno.

17. MILDE, Karl August (1805-1861): industrial têxtil (algodão) em Breslau, membro da Dieta Unificada. De 26 de maio a 26 de junho, presidente da Assembléia Nacional de Berlim, onde pertencia à direita. De 25 de junho a 21 de setembro, foi ministro do Comércio, no gabinete Auerswald-Hanseemann.

ce ser o filho de Leda, o Castor que resplandece ao longe.¹⁸

O Ministério Camphausen

(NGR, nº 4, 4/6/1848)

É sabido que a Assembléia Nacional francesa de 1789 foi precedida de uma Assembléia de Notáveis, uma assembléia de composição estamental como a Dieta Unificada prussiana. No decreto pelo qual convocava a Assembléia Nacional, o ministro Necker se referia ao desejo, expresso pelos notáveis, de convocar os Estados Gerais. O ministro Necker teve uma vantagem significativa sobre o ministro Camphausen. Ele não precisou esperar a Tomada da Bastilha e a queda da monarquia absoluta para ulteriormente atar, com uma doutrina, o velho ao novo, a fim de laboriosamente manter a aparência de que a França chegara à nova Assembléia Constituinte através dos meios legais da antiga Constituição. Teve ainda outra vantagem. Era ministro da França, e não da Alsácia-Lorena, ao passo que o sr. Camphausen não é ministro da Alemanha, mas da Prússia. E com todas estas vantagens, o ministro Necker não conseguiu transformar um movimento revolucionário numa tranqüila reforma. As grandes

doenças não se curam com essência de rosas.¹⁹ O sr. Camphausen conseguirá menos ainda mudar o caráter do movimento por meio de uma teoria artificial, que traça uma ligação entre seu ministério e as antigas condições da monarquia prussiana. A Revolução de Março, o movimento revolucionário alemão em geral, não se deixam transformar, mediante um artifício qualquer, em incidentes mais ou menos importantes. Luís Felipe foi escolhido rei de França porque era Bourbon? Foi escolhido apesar de ser Bourbon? Lembremos que essa questão dividiu os partidos logo depois da Revolução de Julho.²⁰ O que demonstrava esta questão? Que a revolução fora posta em questão, que o interesse da revolução não era o interesse da classe que chegara ao poder e de seus representantes políticos.

A declaração do sr. Camphausen, de que seu ministério veio ao mundo não através da Revolução de Março, senão depois da Revolução de Março, tem esse mesmo significado.

18. De acordo com o mito grego, os filhos da soberana espartana Leda e de Zeus saíram de um ovo. Castor, o filho de Leda, foi uma figura heróica da Grécia antiga. A mesma designação tem uma estrela da constelação de Gêmeos.

19. HEINE, *Alemanha. Um conto de inverno*, cap. XXXI.

20. Quando, alguns dias antes do início da Monarquia de Julho, foi ponderada a questão de se o novo rei devia adotar o nome de Felipe VII, Dupin o Velho (1783-1865) declarou que "o duque de Orléans fora chamado ao trono não *porque*, mas *apesar* de ser um Bourbon".

*Queda do ministério
Camphausen*²¹

(NGR, 23/6/1848)

Tão belo brilha ainda o sol,

Um dia há de se pôr,²² e também o
sol de 30 de março,²³ tinto do sangue
ardente dos poloneses, se pôs.

O ministério Camphausen vestira a
contra-revolução com sua roupagem
liberal-burguesa. A contra-revolução
sente-se suficientemente forte para li-
vrar-se da incômoda máscara.

Um insustentável ministério qual-
quer, de centro-esquerda, pode possi-
velmente suceder por alguns dias o
ministério de 30 de março. Seu verda-
deiro sucessor é o ministério do prin-
cipe da Prússia. Cabe a Camphausen a
honra de ter dado ao partido absolu-
tista feudal esse seu chefe natural e, a
si próprio, seu sucessor.

Para que mimar ainda por mais tem-
po os tutores burgueses?

Não estão os russos na fronteira
oriental e as tropas prussianas na oci-

dental? Os poloneses não foram con-
quistados para a propaganda russa
pelo obus e pela pedra infernal?

Não foram tomadas todas as provi-
dências para repetir o bombardeio de Pra-
ga em quase todas as cidades renanas?

Na guerra polonesa, na dinamar-
quesa, nos inúmeros pequenos conflitos
entre a tropa e o povo, o exército
não teve todo o tempo para se trans-
formar numa soldadesca brutal?

A burguesia não está farta da re-
volução? E não se eleva no meio do
mar o rochedo sobre o qual a contra-
revolução construirá sua igreja, a In-
glaterra?

O ministério Camphausen procura
apanhar ainda alguns centavos de po-
pularidade, provocar a compaixão pú-
blica pela garantia de que se retira em
dupe²⁴ da cena do Estado. E, segura-
mente, é um enganador enganado. A
serviço da grande burguesia, teve de
procurar privar a revolução de seus
frutos democráticos; em luta contra a
democracia, teve de se aliar ao partido
aristocrático e tornar-se o instrumento
de seus apetites contra-revolucionários.
Este está suficientemente fortalecido
para poder desembaraçar-se de seu
protetor. O senhor Camphausen se-
meou a reação no sentido da grande
burguesia, e colheu-a no sentido do
partido feudal. Tal era a boa intenção
do homem, tal seu triste destino. Um
centavo de popularidade²⁵ para o ho-
mem desiludido.

21. Depois do ataque ao arsenal, em 17 de junho de 1848, renunciaram os ministros Von Kanitz, conde Schwerin e barão Von Arnim, e em 20 de junho todo o ministério Camphausen. A *Nova Gazeta Renana* viu nessa queda de Camphausen a indicação de que a grande burguesia pensava em passar do período de traição passiva do povo à Coroa ao período da subjugação ativa do povo sob seu domínio em aliança com a Coroa.

22. Ferdinand Raimund, *A moça do mundo das fadas ou O camponês como milionário*, Ato 11, cena 6.

23. Em 30 de março de 1848 iniciou suas atividades o ministério Camphausen, formado no dia anterior, e em cujo período de governo ocorreu a repressão sangrenta da insurreição na Posnânia.

24. Argutamente.

25. HEINE, *Alemanha. Um conto de inverno*, cap. XXIV.

Um centavo de popularidade!
Tão belo brilha ainda o sol,
Um dia há de se pôr.
Mas no oriente ele renascerá.

O Ministério de Ação

(NGR, n° 39, 9/7/1848)

Temos uma nova crise ministerial. O ministério Camphausen foi derrubado, o ministério Hansemann desabou. O Ministério de Ação²⁶ teve uma duração de oito dias, apesar de todas as mezinhas caseiras, emplastos, processos contra a imprensa, prisões, apesar do atrevimento petulante com que a burocracia reergueu a cabeça de atas empoeiradas e tramou uma vingança mesquinha e brutal por seu destronamento. O “Ministério de Ação”, resumo da pura mediocridade, estava ainda, no início da última sessão da Assembléia Ententista,²⁷ suficientemente confuso para acreditar em sua inabalabilidade.

No final da sessão²⁸ estava totalmente destroçado. Esta transcendente

26. Ao governo Camphausen seguiu-se, na Prússia, de 26 de junho a 21 de setembro de 1848, o *governo Auerswald-Hansemann*, o assim chamado “Ministério de Ação”. Auerswald era o primeiro-ministro desse ministério, e Hansemann, a verdadeira cabeça do gabinete, continuou sendo, como sob Camphausen, ministro das Finanças.

27. Valemo-nos, aqui, da solução encontrada pelos tradutores de *A burguesia e a contra-revolução* (São Paulo, Ensaio, 1989) para o termo *Vereinbarungsversammlung* (N. da T.).

28. Ao término da sessão de 4 de julho de 1848, na qual se debateu novamente sobre a Comissão

sessão deu ao primeiro-ministro, von Auerswald, a convicção de que devia apresentar sua demissão; também o ministro von Schreckenstein não queria permanecer por mais tempo moço de recados de Hansemann, e assim ontem o ministério inteiro se dirigiu ao rei em Sanssouci. O que foi acertado lá ficaremos sabendo até amanhã.

Nosso correspondente berlinense afirma em um pós-escrito:

“Acaba de propagar-se o boato de que Vincke, Pinder, Mevissen²⁹ foram convidados urgentemente para ajudar a compor um novo ministério.”

para a Investigação dos Acontecimentos na Posnânia, a Assembléia Nacional Prussiana decidiu conceder plenos poderes àquela comissão. Tomar essa decisão significava uma derrota para o ministério Auerswald-Hansemann. Os representantes da ala direita procuraram, então, contra as regras parlamentares, impor uma nova votação, e justamente sobre a proposta já rejeitada com a primeira decisão, a de limitar os plenos poderes da comissão. Em sinal de protesto, os deputados da ala esquerda deixaram a sala de sessões. A direita aproveitou-se disso e aprovou a proposta de negar à comissão o direito de ir à Posnânia e interrogar testemunhas e especialistas no próprio local. Com isso, a decisão original da Assembléia foi ilegalmente anulada.

29. Vincke, Georg Freiherr Von (1811-1875): político liberal prussiano; em 1848, um dos líderes da ala direita da Assembléia Nacional de Frankfurt; mais tarde, ex-liberal.

Pinder: funcionário público prussiano, liberal moderado; em 1848, chefe de administração da Silésia, deputado à Assembléia Nacional Prussiana (direita) e membro da Assembléia Nacional de Frankfurt.

Mevissen, Gustav Von (1815-1899): banqueiro em Colônia, um dos líderes da burguesia liberal renana; em 1848 foi membro da Assembléia Nacional de Frankfurt (centro-direita).

Se o boato se confirmar teremos chegado, pois, finalmente, de um ministério de mediação, através do Ministério de Ação, a um ministério da contra-revolução. Finalmente! O curtíssimo tempo de vida desta contra-revolução ministerial seria suficiente para mostrar ao povo, em todo seu tamanho natural, o anão que, ao menor vento de reação, ergue novamente a cabecinha.

A crise ministerial

(NGR, nº 40, 10/7/1848)

O ministério Hansemann protelou por alguns dias, com grande teimosia, sua dissolução. O ministro das Finanças em particular parece patriótico demais para querer entregar a mãos inábeis a administração do Tesouro público. Falando parlamentarmente, o ministério está liquidado, e no entanto ainda existe de fato. Em Sanssouci parece ter sido deliberada a tentativa de prolongar sua vida. A própria Assembléia Ententista que, num momento, está prestes a dar no ministério o golpe mortal, no momento seguinte estremece de novo de medo, assusta-se com seus próprios desejos, e a maioria parece pressentir que, se o ministério Hansemann ainda não é o ministério de seu coração, um ministério de seu coração é ao mesmo tempo um ministério da crise e da decisão. Daí suas debilidades, suas inconseqüências, suas invectivas petulantes, que se transformam repentinamente em arrependimento. E o Ministério de Ação acei-

ta, com imperturbável e quase cínica serenidade, uma tal vida emprestada, posta em questão a cada momento, humilhada, alimentada pela esmola dos fracos.

Duchâtel! Duchâtel! O inevitável naufrágio desse ministério, apenas adiado penosamente por alguns dias, será tão inglório quanto sua existência. Em nosso número de hoje, trazemos aos leitores um artigo mais longo de nosso correspondente em Berlim em que é avaliada essa existência. Podemos descrever em uma palavra a sessão ententista de 7 de julho. A Assembléia troça do ministério Hansemann, dá-se o prazer de derrotá-lo a meias, humilha-o meio sorridente, meio rancorosamente, mas na despedida a alta assembléia grita-lhe: “Não leve a mal!” e o estóico triunvirato Hansemann-Kühlwetter-Milde murmura de volta: Pas si bête! Pas si bête!³⁰

*Projeto de lei sobre a revogação dos encargos feudais*³¹

(NGR, nº 60, 30/7/1848)

Se alguma vez um renano pôde esquecer o que deve à “dominação estrangeira”, à “opressão do tirano

30. Não [somos] tão tolos!

31. O “Projeto de Lei sobre a Revogação sem Indenização de diversos encargos e tributos feudais” foi enviado à Assembléia Nacional Prussiana em 10 de julho de 1848; seus motivos foram expostos na sessão de 18 de julho de 1848.

curso”,³² que leia o projeto de lei sobre a revogação sem indenização dos diferentes encargos e tributos que o senhor Hansemann, no ano da graça de 1848, envia “à consideração” de seus ententistas. Suserania, juros alodiais, falecimento, direito de mão morta, mortalha, direito de proteção, direito de justiça, tributo de três coisas, tributo de criação, tributo do selo, tributo do gado, dízimo sobre as abelhas etc. — quão estranhos, quão bárbaros soam estes nomes absurdos a nossos ouvidos civilizados pela destruição franco-revolucionária do feudalismo, através do Code Napoléon!³³ Quão incompreensível nos é toda esta miscelânea de prestações e tributos medievais, este gabinete de história natural das velharias carcomidas da época antediluviana!

E contudo, patriota alemão, descalça-te, pois pisas um solo sagrado! Estas barbaridades são os escombros da glória germano-cristã, são os últimos elos de uma corrente que perpassa a história e te une à grandeza de teus pais, remontando às florestas teutônicas! Este ar confinado, este lodo feudal, reencontrados aqui em sua clássica pureza, são os produtos mais originais de nossa pátria e aquele que for um verdadeiro alemão deve exclamar com o poeta:

32. Na Renânia, onde a influência da Revolução Francesa era muito forte, as relações feudais foram suprimidas durante o domínio de Napoleão I e não foram restabelecidas depois de 1815. No restante da Prússia, ao contrário, foram conservadas, no essencial, até 1848.

33. Código Napoleônico.

É este sim o ar de minha pátria!
Minha face ardente o sentiu!
E este barro dos grandes caminhos,
É a crosta de minha pátria!³⁴

Percorrendo este projeto de lei, parece à primeira vista que nosso ministro da Agricultura, sr. Gierke,³⁵ sob as ordens do sr. Hansemann, faz um grande “gesto audacioso”,³⁶ que suprime de uma só penada a Idade Média inteira, e tudo grátis, é claro!

Se, em contrapartida, examinamos os Considerandos do projeto, vemos que iniciam demonstrando que, na realidade, nenhuma obrigação feudal pode ser abolida sem indenização — portanto, com uma afirmação audaciosa, em contradição direta com o “gesto audacioso”.

Entre estas duas audácias, a timidez prática do sr. ministro manobra com prudência e precaução. À esquerda o “bem público” e as “exigências do espírito do tempo”, à direita os “direitos bem adquiridos dos proprietários senhoriais”, ao centro “o louvável pensamento de um desenvolvimento mais livre da vida rural”, encarnado no pudico embaraço do sr. Gierke — que conjunto!

34. HEINE, *Alemanha. Um conto de inverno*, cap. VIII.

35. Gierke: liberal; em 1848 foi deputado à Assembléia Nacional prussiana (centro-esquerda), ministro da Agricultura da Prússia de março a setembro de 1848.

36. A expressão “um gesto audacioso” fora utilizada originariamente nos debates da Assembléia Nacional de Frankfurt pelo deputado Mathy e pelo presidente Gagern, e rapidamente se tornou popular.

Basta. O sr. Gierke reconhece plenamente que os encargos feudais em geral só podem ser abolidos mediante uma indenização. Assim, os encargos mais pesados, os mais disseminados, os mais essenciais subsistem, ou, onde já foram suprimidos de fato pelos camponeses, serão restabelecidos.

Mas, observa o sr. Gierke, “se, não obstante, relações particulares cujo fundamento intrínseco for insuficiente, ou cuja continuidade for incompatível com as exigências do espírito do tempo e do bem público, forem revogadas sem indenização, que os atingidos saibam reconhecer que fazem alguns sacrifícios não somente em prol da prosperidade geral como também em prol de seus próprios interesses bem-compreendidos, a fim de que as relações entre os que têm direitos e os que têm deveres resultem pacíficas e cordiais, e sobretudo para preservar à propriedade fundiária sua posição no Estado, conveniente ao bem de todos”.

A revolução no campo consistia na abolição efetiva de todos os encargos feudais. O Ministério de Ação, que reconhece a revolução, reconhece-a no campo aniquilando-a sub-repticiamente. Restaurar completamente o antigo status quo é impossível; os camponeses assassinariam imediatamente seus senhores feudais, como o próprio sr. Gierke reconhece. Portanto, revoga-se uma pomposa lista de encargos feudais insignificantes e pouco disseminados, e restabelece-se a principal obrigação feudal, que se resume na simples palavra corvéia.

Com a abolição de todos estes di-

reitos a nobreza não sacrifica nem 50 mil táleres por ano e salva vários milhões. E ainda, espera o ministro, também se reconciliará com os camponeses, e no futuro, quando das eleições para a Câmara, obterá inclusive seus votos. De fato, o negócio seria bom, se o sr. Gierke não cometesse erros de cálculo!

Desse modo, as objeções dos camponeses seriam afastadas, bem como as da nobreza, na medida em que avaliasse corretamente sua situação. Resta ainda a Câmara, os escrúpulos de chicaneiros jurídicos e radicais. A diferença entre os encargos que podem e os que não podem ser abolidos — que não é outra senão a existente entre os encargos completamente sem valor e os muito valiosos — deve, por amor da Câmara, receber uma aparência de fundamentação jurídica e econômica. O sr. Gierke tem de mostrar que os encargos a abolir: 1. têm um fundamento intrínseco insuficiente, 2. estão em contradição com o bem público, 3. com as exigências do espírito do tempo e 4. que sua revogação, no fundo, não é uma violação do direito de propriedade, não é uma expropriação sem indenização.

Para demonstrar a insuficiente fundamentação destes tributos e prestações, o sr. Gierke mergulha nas regiões mais sombrias do direito feudal. Todo “o desenvolvimento, inicialmente muito lento, dos estados alemães desde um milênio” é evocado por ele. Mas em que isto ajuda o sr. Gierke? Quanto mais se aprofunda, quanto mais revolve o lodo bolorento do direito feudal, tanto mais

este lhe demonstra uma fundamentação não insuficiente, mas muito sólida, do ponto de vista feudal, dos encargos em questão; o infeliz ministro não faz senão expor-se à hilaridade geral quando se esfalfa para extrair, do direito feudal, oráculos de direito civil moderno, e para fazer pensar e julgar o barão feudal do século XII como o burguês do século XIX.

O sr. Gierke herdou, felizmente, o princípio do sr. Von Patow: abolir sem indenização tudo o que seja emanção da suserania e da servidão, mas todo o restante apenas sob resgate. Mas acaso o sr. Gierke acha necessária grande dose de sagacidade para demonstrar que os encargos a serem abolidos são também, em geral, emanações da suserania feudal?

Não é preciso acrescentar que o sr. Gierke, para ser conseqüente, introduz clandestinamente conceitos jurídicos modernos entre as disposições jurídicas feudais; e, em caso de extrema necessidade, é sempre a estes conceitos que apela. Mas, se o sr. Gierke mede alguns destes encargos segundo as figuras do direito moderno, é incompreensível por que não faz o mesmo com todos. Mas nesse caso, certamente, as corvéias passariam por maus bocados diante da liberdade do indivíduo e da propriedade.

Mas o sr. Gierke alcança resultados ainda piores com suas diferenciações quando invoca o argumento do bem público e as exigências do espírito do tempo. Entretanto, é evidente por si mesmo: se estes encargos insignificantes são um obstáculo ao bem público e

contradizem as exigências do espírito do tempo, tanto mais o serão as corvéias, prestações, direitos de concessão etc. Ou o sr. Gierke considera extemporâneo o direito de depenar os gansos dos camponeses (§ 1, n.º 14), mas contemporâneo o direito de depenar os próprios camponeses?

Segue-se a demonstração de que a revogação em causa não viola o direito de propriedade. Naturalmente, a prova desta gritante falsidade tem de ser fictícia, e, com efeito, só pode ser apresentada demonstrando-se à nobreza que estes direitos são desprovidos de valor para ela, o que só aproximadamente pode ser demonstrado. O sr. Gierke faz então, com o maior zelo, o cômputo de todas as dezoito seções do primeiro parágrafo, sem perceber que, na mesma medida em que consegue demonstrar o desvalor dos encargos em questão, prova também o desvalor de seu projeto de lei. Bravo sr. Gierke! Quanto nos custa arrancá-lo de sua doce ilusão e aniquilar seu diagrama arquimédico-feudal!

Mas ainda há uma dificuldade! Quando do anterior resgate dos encargos que agora devem ser abolidos, e como em todo resgate, os camponeses foram terrivelmente prejudicados, em benefício da nobreza, por comissões corruptas. Eles reclamam agora a revisão de todos os contratos de resgate firmados sob o antigo governo, e têm toda razão!

Mas o sr. Gierke não pode admitilo. A isto "se opõem direitos e leis formais", que se opõem sobretudo a todo

progresso, já que cada nova lei revoga uma antiga e um velho direito formal.

“As conseqüências disto são seguramente previsíveis: proporcionar vantagens aos submissos por uma via contrária aos princípios jurídicos de todos os tempos” (revoluções também contradizem os princípios jurídicos de todos os tempos) “traria incalculáveis calamidades a uma enorme parcela dos proprietários fundiários do Estado, e portanto (!) ao próprio Estado”!

E então o sr. Gierke demonstra, com uma seriedade comovente, que um tal procedimento “põe em questão e abala toda a situação jurídica da propriedade fundiária, o que, ligado com os inúmeros processos e custos,³⁷ infligiria à propriedade fundiária, fundamento essencial da prosperidade da nação, uma ferida da qual ela dificilmente se recuperaria”; que é “um atentado aos princípios jurídicos da validade dos contratos, um ataque contra as relações contratuais indiscutíveis, em conseqüência do qual toda a confiança na estabilidade do direito civil seria abalada e, assim, todas as relações comerciais seriam, ameaçadoramente, postas em perigo”!!!

Portanto, o sr. Gierke vê aqui um atentado ao direito de propriedade que abalaria todos os princípios jurídicos. E por que a abolição sem indenização dos encargos em questão não é um atentado? Aqui se trata não somente de relações contratuais indiscutíveis,

37. Nas notas estenográficas: custos inestimáveis e inúmeros processos.

como de um direito incontestável, irrecusavelmente aplicado desde um tempo imemorial, enquanto os contratos questionados no pedido de revisão não são de modo algum incontestáveis, já que os subornos e os abusos são notórios e, em muitos casos, demonstráveis.

É impossível negar: por muito insignificantes que sejam os encargos abolidos, o sr. Gierke, abolindo-os, proporciona “aos submissos vantagens por uma via contrária aos princípios jurídicos de todos os tempos”, à qual “se opõem diretamente a lei e o direito formal”; ele “desorganiza toda a situação jurídica da propriedade fundiária”, ataca, na raiz, direitos “indiscutíveis”.

De fato, sr. Gierke, valeu a pena cometer tão graves pecados para atingir um resultado tão pobre?³⁸

Certamente, o sr. Gierke ataca a propriedade — é inegável — mas não a propriedade moderna, burguesa, e sim a feudal. Ele reforça a propriedade burguesa, que se ergue sobre as ruínas da propriedade feudal, destruindo a propriedade feudal. E é somente por isso que não quer revisar os contratos de resgate, porque, por meio destes contratos, as relações feudais de propriedade são transformadas em relações burguesas, porque não pode, portanto, revisá-los sem ao mesmo tempo violar formalmente a propriedade burguesa. E a propriedade burguesa é naturalmente tão sagrada e inviolável

38. Pobre.

quanto a propriedade feudal é atacável e, segundo as necessidades e a coragem dos senhores ministros, violável.

Em síntese, qual é o sentido desta longa lei?

É a prova mais concludente de que a revolução alemã de 1848 é apenas a paródia da Revolução Francesa de 1789.

Em 4 de agosto de 1789,³⁹ três semanas após a tomada da Bastilha, em um dia o povo francês deu cabo dos encargos feudais.

Em 11 de julho de 1848, quatro meses após as barricadas de março, os encargos feudais deram cabo do povo alemão, teste Gierke cum Hansemanno.⁴⁰

A burguesia francesa de 1789 não abandonou um só instante seus aliados, os camponeses. Ela sabia que a base de sua dominação era a destruição do feudalismo no campo, a criação de uma classe de camponeses livres e proprietários.

A burguesia alemã de 1848 traiu sem qualquer decoro os camponeses, seus aliados mais naturais, a carne de sua carne, e sem os quais ela é impotente ante a nobreza.

39. Na noite de 4 de agosto de 1789 a Assembléia Nacional francesa, sob a pressão do crescente movimento camponês, anunciou solenemente a supressão de uma série de encargos feudais, que àquela época já haviam sido eliminados na prática pelos camponeses sublevados. A lei promulgada logo depois, no entanto, só suprimia sem indenização os encargos pessoais. A eliminação de todos os encargos feudais sem nenhuma indenização só foi efetivada no período da ditadura jacobina, pela lei de 17 de julho de 1793.

40. Testemunhado por Gierke e Hansemann.

A persistência, a sanção dos direitos feudais sob a forma de um (ilusório) resgate, eis afinal o resultado da revolução alemã de 1848. Eis o parco resultado de tanta agitação!

*A crise e a contra-revolução*⁴¹

(NGR, nº 100, 12/9/1848)

Quem ler nosso correspondente de Berlim poderá dizer se não previmos com exatidão o desenrolar da crise ministerial. Os velhos ministros renunciaram; o plano do ministério, de se manter por meio da dissolução da Assembléia Ententista, por meio de leis marciais e canhões, parece não ter alcançado o aplauso da camarilha. Os junkers ardem de desejo por um conflito com o povo, pela repetição das cenas do junho parisiense nas ruas de Berlim; mas eles não vão se bater pelo ministério Hansemann, e sim pelo ministério do príncipe da Prússia. Radowitz,⁴² Vincke e outros semelhantes indivíduos dignos de confiança serão convocados; a nata da cavalaria prussiana e westfaliana, ao que tudo indica associada com alguns honestos burgueses da extrema direita, com um Beckerathe e consortes, a quem se pode confiar as prosaicas operações comerciais do Estado — eis o ministério do príncipe da

41. O segundo, terceiro e quarto artigos dessa série traziam, na *Nova Gazeta Renana*, o título "A Crise".

42. Radowitz, Joseph Maria Von (1797-1853): general e político prussiano, representante da camarilha reacionária da corte; em 1848 foi um dos líderes da direita na Assembléia Nacional de Frankfurt.

Prússia, com que tencionam nos apresentar. Enquanto isso lançam centenas de boatos, talvez mandem chamar Waldeck⁴³ ou Rodbertus,⁴⁴ desorientam a opinião pública, e nesse meio tempo fazem seus preparativos militares e, quando for a hora, aparecerão publicamente.

Caminhamos para uma luta decisiva. As crises simultâneas em Frankfurt e Berlim, as últimas resoluções das duas assembleias, obrigam a contrarrevolução a travar sua última batalha. Se em Berlim ousarem esmagar sob os pés o princípio constitucional da maioria, se puserem diante dos 219 votos da maioria o dobro de canhões, se ousarem, não somente em Berlim, mas também em Frankfurt, desmentir a maioria por um ministério, o que diante das duas assembleias é impossível — se provocarem, pois, a guerra civil entre a Prússia e a Alemanha, os democratas sabem o que têm de fazer.

(NGR, nº 101, 13/9/1848)

Enquanto o novo ministério do império, como informamos ontem, foi

43. Waldeck, Benedikt Franz Leo (1802-1870): conselheiro do Supremo Tribunal em Berlim, democrata; em 1848 foi um dos líderes da esquerda e vice-presidente da Assembleia Nacional prussiana; mais tarde, progressista.

44. Rodbertus-Jagetzow, Johann Karl (1805-1875): latifundiário prussiano, economista político, ideólogo dos *junkers* aburguesados; em 1848 foi líder da centro-esquerda na Assembleia Nacional prussiana, ministro da Educação no gabinete Auerswald; posteriormente, teórico do “socialismo de estado” junker-prussiano.

confirmado também por outras fontes, e talvez já hoje ao meio dia recebamos a notícia de sua configuração definitiva, a crise ministerial continua em Berlim. Essa crise só pode ser solucionada por dois caminhos:

Ou um ministério Waldeck, reconhecimento da autoridade da Assembleia Nacional alemã, reconhecimento da soberania do povo;

Ou um ministério Radowitz-Vincke, dissolução da Assembleia de Berlim, negação das conquistas revolucionárias, constitucionalismo de fachada ou mesmo — a Dieta Unificada.⁴⁵

Não o ocultemos de nós mesmos: o conflito que irrompeu em Berlim não é um conflito entre os ententistas e os ministros, é um conflito entre a Assembleia, que pela primeira vez se apre-

45. A *primeira Dieta Unificada* se reuniu, graças a uma patente real, de 11 de abril de 1847 a 26 de junho de 1847. Representava a união de todas as oito Dietas Provinciais existentes, era convocada a critério do rei e se dividia em duas câmaras. A câmara do estamento senhorial consistia em 70 representantes da alta nobreza, a câmara dos três estamentos restantes abrangia 237 representantes da cavalaria, 182 das cidades e 124 dos municípios rurais. As atribuições da Dieta Unificada limitavam-se à autorização de novos empréstimos em tempos de paz e à votação de novos impostos ou aumento de impostos. Com sua instituição, o monarca prussiano queria evitar o cumprimento das promessas constitucionais que fizera e as determinações da lei sobre as dívidas estatais. Na Dieta manifestou-se uma forte oposição liberal, vinda dos representantes da grande burguesia renana (Hanseemann, Camphausen, Von Beckerath) e de uma parte da nobreza da Prússia oriental (Von Vincke, Von Auerswald). Como a Dieta se declarou incompetente para autorizar um empréstimo, o rei mandou-a de volta para casa.

senta como constituinte, e a Coroa.

Terão coragem de dissolver a Assembléia, ou não? Tudo depende disso.

Mas a Coroa tem o direito de dissolver a Assembléia? É certo que, nos estados constitucionais, a Coroa, em caso de conflito e sobre a base da Constituição, tem o direito de dissolver a câmara legislativa convocada e apelar ao povo por meio de novas eleições.

A Assembléia de Berlim é uma câmara constitucional, legislativa?

Não. Ela foi convocada para “entender-se com a Coroa sobre a constituição prussiana”, sobre a base não de uma constituição, mas de uma revolução. Não recebeu de modo algum seu mandato da Coroa ou de seus ministros responsáveis, mas sim somente de seus eleitores e de si mesma. A Assembléia era soberana como a legítima expressão da revolução, e o mandato que o sr. Camphausen, junto com a Dieta Unificada, lhe expediu na lei eleitoral de 8 de abril,⁴⁶ não passava de um voto piedoso, sobre o qual a Assembléia tinha de deliberar.

No início, a Assembléia acolheu em maior ou menor medida a teoria ententista.⁴⁷ Ela viu como, desse modo,

46. A “*Lei eleitoral* para a Assembléia convocada para entender-se sobre a constituição prussiana” foi, por proposta do ministério Camphausen, aprovada em 8 de abril de 1848 pela segunda Dieta Unificada e baseava-se no sistema eleitoral indireto em duas etapas.

47. A “*teoria ententista*”, com a qual a burguesia prussiana, na pessoa de Camphausen e Hansemann, procurou justificar sua traição à revolução, consistia em que a Assembléia Nacional prussiana,

foi lograda pelos ministros e pela camarilha. Finalmente, realizou um ato de soberania — por um momento, apresentou-se como Assembléia Constituinte, não mais como Ententista.

Como Assembléia soberana da Prússia, tinha pleno direito para isso.

Mas uma assembléia soberana não é dissolúvel por ninguém, não está submetida às ordens de ninguém.

E mesmo como mera Assembléia Ententista, mesmo de acordo com a própria teoria do sr. Camphausen, ela se encontra em posição de igualdade com a Coroa. Ambas as partes celebraram um acordo nacional, ambas as partes têm a mesma cota de soberania, esta é a teoria de 8 de abril, a teoria Camphausen-Hansemann, portanto a teoria oficial reconhecida pela própria Coroa.

Se a Assembléia está em posição de igualdade ante a Coroa, a Coroa não tem nenhum direito de dissolver a Assembléia.

Caso contrário, conseqüentemente, a Assembléia teria do mesmo modo o direito de depor o rei.

A dissolução da Assembléia seria, pois, um golpe de estado. E o 29 de julho de 1830 e o 24 de fevereiro de 1848 mostraram como se responde a um golpe de estado.

Dir-se-á que a Coroa poderia, sim, apelar novamente aos mesmos eleitores. Mas quem não sabe que hoje os

permanecendo “no terreno do direito”, devia se limitar à fundação de uma ordem constitucional por meio da conciliação com a Coroa.

eleitores elegeriam uma Assembléia totalmente diferente, uma Assembléia que faria muito menos cerimônias com a Coroa?

É evidente: se após a dissolução desta Assembléia só é possível o apelo a eleitores muito diferentes dos de 8 de abril, então não é mais possível nenhuma outra eleição, a não ser a que será proposta sob a tirania do sabre.

Portanto, não tenhamos ilusões:

Se a Assembléia vencer, se impuser o ministério da esquerda, então o poder da Coroa ao lado da Assembléia será quebrado, o rei voltará a ser apenas o servidor pago do povo, e estaremos novamente na manhã de 19 de março — caso o ministério Waldeck não nos traia, como tantos antes dele.

Se a Coroa vencer, se impuser o ministério do príncipe da Prússia, então a Assembléia será dissolvida, o direito de associação suprimido, a imprensa amordaçada, uma lei eleitoral censitária decretada, talvez até mesmo, como dissemos, a Dieta Unificada evocada mais uma vez — tudo sob a proteção da ditadura militar, dos canhões e das baionetas.

A vitória de uma das partes dependerá da atitude do povo, especialmente da atitude do partido democrático. Os democratas têm de optar.

Estamos em 25 de julho. Ousar-se-á decretar as ordenanças que são preparadas em Potsdam? O povo será provocado a dar o salto de 26 de julho a 24 de fevereiro em um dia?⁴⁸

48. Em *26 de julho de 1830* foram publicados os decretos (ordenanças) reais que, na França, supri-

Boa vontade com certeza não falta, mas a coragem, a coragem!

(NGR, nº 102, 14/9/1848)

A crise em Berlim avançou mais um passo: o conflito com a Coroa, que ontem ainda só podia ser designado como inevitável, aconteceu de fato.

Nossos leitores encontram logo adiante a resposta do rei ao pedido de renúncia dos ministros.⁴⁹ Por meio desta carta, a própria Coroa passa para o primeiro plano, toma partido a favor dos ministros, contrapõe-se à Assembléia.

Vai mais longe ainda: constitui um ministério estranho à Assembléia, convoca Beckerath, que em Frankfurt senta-se à extrema-direita e que em Berlim, como o mundo inteiro sabe por antecedência, jamais poderá contar com uma maioria.

O ofício do rei é rubricado pelo sr. Auerswald. O sr. Auerswald devia se responsabilizar por ter, assim, empur-

miam a liberdade de imprensa, declaravam dissolvida a Câmara e alteravam a lei eleitoral de modo que reduzia os eleitores em três quartos. Essas medidas extraordinárias do governo de Carlos X foram o motivo da revolução burguesa de 1830 na França, a qual, em *29 de julho*, suprimiu o domínio dos Bourbon.

49. Em sua mensagem de 10 de setembro de 1848, Frederico Guilherme IV, concordando com a opinião dos ministros, declarou que a resolução da Assembléia Nacional prussiana de 7 de setembro de 1848 representava uma violação do “princípio da monarquia constitucional”, e ratificou a resolução do ministério Auerswald-Hanseman de renunciar em sinal de protesto contra esse procedimento da Assembléia.

rado a Coroa à sua frente para cobrir sua ignominiosa retirada, por ter procurado se esconder, ante a Câmara, atrás do princípio constitucional ao mesmo tempo que esmagava sob os pés o princípio constitucional, comprometendo a Coroa e incitando à república!

O princípio constitucional!, gritam os ministros. O princípio constitucional!, grita a direita. O princípio constitucional!, geme o eco surdo da Gazeta de Colônia.

“O princípio constitucional!” Esses senhores são mesmo, então, suficientemente tolos para acreditar que se possa afastar o povo alemão da tempestade do ano de 1848, do colapso cada dia mais iminente de todas as instituições históricas tradicionais, com a carcomida divisão dos poderes de Montesquieu-Delolme,⁵⁰ com frases desgastadas e ficções há muito desmascaradas?

“O princípio constitucional!” Mas os mesmos senhores que querem salvar o princípio constitucional a qualquer custo deveriam antes de mais nada reconhecer que em uma situação provisória ele só pode ser salvo com energia!

“O princípio constitucional!” Mas o voto da Assembléia de Berlim, as colisões entre Potsdam e Frankfurt, os distúrbios, as tentativas da reação, as provocações da soldadesca não mostraram há muito que, apesar de todas as fra-

ses, nós ainda estamos no terreno revolucionário, que a ficção de que já estávamos no terreno da constituinte, da monarquia constitucional acabada, não leva a nada além de colisões, as quais já agora o “princípio constitucional” conduziu à beira do abismo?

Toda situação política provisória posterior a uma revolução exige uma ditadura, e mesmo uma ditadura enérgica. Criticamos Camphausen desde o início por não ter agido ditatorialmente, por não ter destruído e removido imediatamente os restos das velhas instituições. Assim, enquanto o sr. Camphausen se embalava no sonho constitucional, o partido vencido fortalecia as posições na burocracia e no exército, e ousava mesmo, aqui e acolá, a luta aberta. A Assembléia fora convocada para se entender sobre a constituição. Ela estava em posição de igualdade com a Coroa. Dois poderes em posição de igualdade em um governo provisório! Precisamente a divisão dos poderes com que o sr. Camphausen procurava “salvar a liberdade”, precisamente essa divisão dos poderes devia, em um governo provisório, levar a colisões. Atrás da Coroa se ocultava a camarilha contra-revolucionária da nobreza, dos militares, da burocracia. Atrás da maioria da Assembléia estava a burguesia. O ministério procurava conciliar. Débil demais para defender decididamente os interesses da burguesia e dos camponeses e destruir, de um só golpe, o poder da nobreza, da burocracia e dos líderes militares, desajeitado demais para não ferir sempre a burguesia com suas me-

50. Delolme, Jean-Louis (1740-1806): especialista em direito público e jurista suíço, defendia a doutrina da divisão dos poderes.

didadas financeiras, não chegou a nada além de se tornar impossível para todos os partidos e provocar justamente a colisão que queria evitar.

Em toda situação não-constituída o decisivo não é este ou aquele princípio, mas sim somente a salut publico, o bem público. O ministério só poderia evitar a colisão da Assembléia com a Coroa se reconhecesse o princípio do bem público, mesmo correndo o risco de colidir ele próprio com a Coroa. Mas preferiu manter-se “possível” em Potsdam. Contra a democracia, nunca vacilou em tomar medidas em prol do bem público (mesures de salut public), medidas ditatoriais. Ou foi outra coisa a utilização das velhas leis sobre crimes políticos, mesmo quando o sr. Märker⁵¹ já havia reconhecido que esses parágrafos do Direito Nacional (Landsrecht)⁵² deveriam ser suprimidos? Foram outra coisa as prisões em massa em todas as partes do império?

Mas em oposição à contra-revolução o ministério guardou-se bem de tomar providências em prol do bem público!

51. Märker, Friedrich August (1804-1889): juiz do Tribunal Criminal em Berlim, liberal; em 1848, foi deputado à Assembléia Nacional prussiana (centro) e ministro da Justiça (junho a setembro).

52. O “*Direito Nacional (Landsrecht) Geral para os Estados Prussianos de 1794*” era uma súmula do direito burguês, do direito de comércio, de troca, marítimo e de segurança, além do direito penal, religioso, público e administrativo; consolidava o caráter reacionário da Prússia feudal no âmbito jurídico e partes essenciais dele vigoraram até a introdução do Código Civil, em 1900.

E justamente dessa tibieza do ministério ante a contra-revolução, que se tornava dia a dia mais ameaçadora, nasceu a necessidade, para a Assembléia, de ditar ela mesma medidas em prol do bem público. Uma vez que a Coroa, representada pelo ministro, era débil demais, a Assembléia mesma devia tomar providências. Ela o fez com a resolução de 9 de agosto.⁵³ Mas o fez de uma forma ainda muito suave, dando aos ministros apenas uma advertência. Os ministros não fizeram caso disso.

53. Em 3 de agosto de 1848 ocorreu, na fortaleza Schweidnitz, um ataque de surpresa das tropas da fortaleza contra a Guarda Civil, no qual quatorze cidadãos foram mortos. Provocada por esse sempre reacionário comportamento das tropas prussianas, a Assembléia Nacional aprovou, em 9 de agosto, sob inclusão de algumas propostas de alteração, uma *moção do deputado Stein* com as seguintes palavras: “O sr. ministro da Guerra deve declarar, em um decreto ao exército, que os oficiais permaneçam longe de todas as tentativas reacionárias, não apenas evitando conflitos de todo tipo com os civis, mas sim mostrando, pela aproximação aos cidadãos e união com eles, que querem colaborar com franqueza e abnegação para a efetivação de um estado de direito constitucional, e que aqueles oficiais cujas convicções políticas não estejam de acordo com isto considerem um dever de honra desligar-se do exército”. O ministro da Guerra Schreckenstein não promulgou, apesar da resolução da Assembléia, nenhuma ordem semelhante. Por isso Stein repetiu sua moção na sessão da Assembléia Nacional de 7 de setembro; a maioria dos deputados aderiu à intimação ao ministério para cumprir rapidamente essa resolução. Diante deste resultado da votação, o ministério Auerswald-Hanseman renunciou. No período do ministério Pfuel, que o sucedeu, a ordem foi finalmente dada, em uma forma atenuada, mas ficou só no papel.

Mas também como eles poderiam tê-la acolhido? A resolução de 9 de agosto esmaga sob os pés o princípio constitucional, é uma usurpação do poder legislativo contra o executivo, destrói a divisão e o controle mútuo dos poderes, tão necessários no interesse da liberdade, transforma a Assembléia Ententista na Convenção Nacional!

E eis agora um fogo cerrado de ameaças, um apelo atroz ao medo dos pequeno-burgueses, a perspectiva aberta de governo de terror com guilhotina, impostos progressivos, confisco e bandeira vermelha.

A Assembléia de Berlim — uma Convenção! Que ironia!

Mas esses senhores não estão totalmente equivocados. Se o governo continuar como até agora, não demorará muito para termos uma Convenção — não apenas para a Prússia, mas para toda a Alemanha —, uma Convenção que será obrigada a reprimir com todos os meios a guerra civil de nossos 20 vendeanos⁵⁴ e a inevitável guerra russa. Agora certamente estamos mesmo na paródia da Constituinte!

Mas como os senhores ministros que apelam ao princípio constitucional mantiveram este princípio?

54. *Vendéia* — província francesa em que, durante a Revolução Francesa, na primavera de 1793, irrompeu uma insurreição contra-revolucionária sob a liderança da nobreza, que se apoiou no campesinato dessa região economicamente atrasada. *Vendéia* é, por isso, utilizada generalizadamente para tendências contra-revolucionárias.

Em 9 de agosto, eles deixaram a Assembléia se dispersar calmamente, na boa-fé de que cumpririam a resolução. Nem pensaram em comunicar à Assembléia sua negativa, e muito menos em renunciar a seus cargos.

Refletiram durante um mês inteiro e finalmente, sob ameaça de várias interpelações, notificaram laconicamente à Assembléia: evidentemente não cumpririam a resolução.

Depois, quando a Assembléia, não obstante, ordenou aos ministros que cumprissem a resolução, eles se entrenchearam atrás da Coroa, provocaram um rompimento entre a Coroa e a Assembléia e incitaram assim à república.

E esses senhores ainda falam do princípio constitucional!

Em resumo:

A inevitável colisão entre dois poderes em posição de igualdade em um governo provisório ocorreu. O ministério não soube conduzir de modo suficientemente enérgico o governo, deixou de tomar as necessárias medidas em prol do bem público. A Assembléia não fez mais do que sua obrigação ao intimar o ministério a cumprir seu dever. O ministério tomou isto por uma violação à Coroa, e ainda a comprometeu no momento de sua demissão. A Coroa e a Assembléia se contrapõem uma à outra. A “conciliação” levou à divisão, ao conflito. Caberá talvez às armas decidir.

Quem tiver mais coragem e consequência vencerá.

(NGR, nº 104, 16/9/1848)

A crise ministerial entrou outra vez em um novo estágio, não graças à chegada e aos inúteis esforços do impossível sr. Beckerath, mas sim devido à revolta militar em Potsdam e Nauen.⁵⁵ O conflito entre democracia e aristocracia irrompeu no próprio seio da Guarda: os soldados viram na resolução da Assembléia do dia 7 sua libertação da tirania dos oficiais, enviaram-lhe mensagens de agradecimento, deram um Viva! a ela.

Assim a espada foi arrancada das mãos da contra-revolução. Agora ninguém ousará dissolver a Assembléia, e se isso não for feito não restará nada mais do que ceder, cumprir a resolução da Assembléia e convocar um ministério Waldeck.

Provavelmente a revolta dos soldados de Potsdam nos economizou uma revolução.

*O ministério Pfuelf*⁶

(NGR, nº 116, 14/10/1948)

Quando o ministério Camphausen caiu, dissemos:

55. Em 13 de setembro, os 1º e 2º Regimentos da Guarda em Potsdam se revoltaram contra as medidas arbitrárias de seus oficiais. O motivo principal foi o embargo, pelos oficiais, de uma mensagem de agradecimento ao deputado Stein e à Assembléia Nacional prussiana pela resolução de 7 de setembro. Os soldados chegaram a construir barricadas.

Em Nauen, os couraceiros da Guarda ali estacionados recusaram-se, em 10 de setembro, a se lançar contra os cidadãos por ordem de seus oficiais.

56. De acordo com o decreto de Frederico Guilherme IV, de 21 de setembro de 1848, o *ministério*

“O ministério Camphausen vestira a contra-revolução com sua roupagem liberal-burguesa. A contra-revolução sente-se suficientemente forte para livrar-se da incômoda máscara. Um insustentável ministério qualquer, de centro-esquerda (Hansemann), pode possivelmente suceder por alguns dias o ministério de 30 de março. Seu verdadeiro sucessor é o ministério do príncipe da Prússia” (N[ova] G[azeta] R[enana], nº 23, de 23 de junho). E realmente ao ministério Hansemann sucedeu o ministério Pfuelf⁵⁷ (de Neufchâtel⁵⁸).

O ministério Pfuelf maneja as frases constitucionais como o poder central em Frankfurt maneja a “unidade alemã”. Se compararmos o corpus delicti, o verdadeiro corpo desse ministério,

Pfuelf foi constituído com a seguinte composição: Von Pfuelf, primeiro-ministro; Eichmann, ministro do Interior; Von Bonin, ministro das Finanças; conde Von Dönhoff, ministro do Exterior; Muller, ministro da Justiça. Era um ministério de funcionários e oficiais reacionários, que aparentemente ia ao encontro do desejo da Assembléia Nacional, mas enquanto isso organizava abertamente as forças da contra-revolução. Depois da queda de Viena, o ministério Pfuelf foi substituído, em 8 de novembro, pelo ministério do conde Von Brandenburg, que realizou o golpe de Estado contra-revolucionário (estado de sítio em Berlim, dissolução da Guarda Civil e da Assembléia Nacional).

57. Pfuelf, Ernst Heinrich Adolf Von (1779-1866): general prussiano, representante da camarilha militar reacionária, governador de Neuchâtel (1832-1848); em março de 1848 foi comandante em Berlim, dirigiu em abril e maio a repressão à insurreição na Posnânia; primeiro-ministro e ministro da Guerra (setembro a novembro de 1848).

58. *Neuchâtel* (ou Neufchâtel) – designação francesa para o cantão suíço Neuenburg, formado do

com seu eco, suas declarações constitucionais, seus abrandamentos, mediações, conciliações na Assembléia de Berlim, só podemos dizer sobre ele uma palavra, a palavra de Falstaff:

“Quão sujeitos estamos os velhos ao vício da mentira!”⁵⁹

Ao ministério Pfuel só pode suceder um ministério da revolução.

Vitória da contra-revolução em Viena

(NGR, nº 136, 7/11/1848)

A liberdade e a ordem croata venceram e celebraram sua vitória com incêndios, violações, pilhagens, com atrocidades de uma infâmia inominável. Viena está nas mãos de Windischgrätz, Jellachich e Auersperg.⁶⁰ Hecatombes

antigo principado Neuenburg e Valendis. Por decisão do Congresso de Viena, Neuchâtel, como estado indivisível e totalmente separado da monarquia prussiana, foi adjudicado ao rei da Prússia e admitido como 21º cantão da Confederação Helvética. Em 1831, uma tentativa dos republicanos em Neuchâtel de forçar, por meio de uma insurreição, uma modificação na Constituição e a total separação da Prússia foi reprimida com grande violência pelo plenipotenciário do rei prussiano, general Von Pfuel. Depois disso, Pfuel foi nomeado governador prussiano de Neuchâtel. Imediatamente após a Revolução de Fevereiro de 1848, irrompeu novamente uma insurreição republicana. Foi constituído um governo provisório, Neuchâtel foi declarada república, e pôs-se um fim, na prática, ao domínio da Prússia. Em 1857 o rei prussiano teve de renunciar oficialmente a suas pretensões a Neuchâtel.

59. Shakespeare, *Rei Henrique IV*, Segunda Parte, Ato 3, cena 2.

60. Windischgrätz, Alfred, príncipe de (1787-1862): marechal-de-campo austríaco, em 1848-49

de sacrifícios humanos que fariam virar em seu túmulo o velho traidor Latour.

Todas as mais sombrias previsões de nosso correspondente de Viena⁶¹ se confirmaram, e talvez neste momento ele mesmo já tenha sido trucidado.

Por um momento esperamos a libertação de Viena do socorro húngaro, e os movimentos do exército húngaro ainda nos parecem enigmáticos.

Traições de todo tipo prepararam a queda de Viena. Toda a história do parlamento e do Conselho Municipal desde 6 de outubro não passa de uma contínua história de traição. Quem estava representada no parlamento e no Conselho Municipal?

A burguesia.

Uma parte da Guarda Nacional de Viena, logo no início da Revolução de Outubro, tomou abertamente o partido da camarilha. E no final da Revolução de Outubro encontramos outra parte da Guarda Nacional em luta contra o proletariado e a Legião Acadê-

foi um dos líderes da contra-revolução na Áustria; em 1848 dirigiu a repressão às insurreições de junho em Praga e de outubro em Viena; depois esteve à cabeça do exército austríaco que combateu contra a revolução húngara.

Jellachich, Josip, conde de Buzim (1801-1859): general austríaco, tomou parte ativa na repressão às revoluções de 1848-49 na Áustria e na Hungria.

Auersperg, Karl, conde de (1793-1859): general austríaco, em 1848 foi comandante da guarnição de Viena, participou ativamente na repressão da insurreição de outubro.

61. Muller-Tellerling.

mica,⁶² em entendimento secreto com os bandidos do imperador. Quem pertence a esta fração da Guarda Nacional?

A burguesia.

Mas na França a burguesia passou para a ponta da contra-revolução depois de ter derrubado todos os obstáculos que se punham no caminho da dominação de sua própria classe. Na Alemanha ela se encontra rebaixada a caudatária da monarquia absoluta e do feudalismo, antes de ter ao menos garantido as condições vitais básicas de sua própria liberdade civil e dominação. Na França ela se apresentou como déspota e fez sua própria contra-revolução. Na Alemanha ela se apresentou como escrava e fez a contra-revolução de seus próprios déspotas. Na França ela venceu para humilhar o povo. Na Alemanha ela se humilhou para que o povo não vencesse. A história inteira não mostra outra miséria ignominiosa como a da burguesia alemã.

Quem fugiu de Viena aos bandos e abandonou à generosidade do povo a vigilância das riquezas deixadas para trás, para caluniar seu serviço de guarda durante a fuga e no regresso assistir a seu massacre?

A burguesia.

Os segredos íntimos de quem manifestava o termômetro que descia a cada sopro de vida do povo de Viena e subia a cada estertor de morte dele?

62. A *Legião Acadêmica* era constituída de estudantes universitários e era a mais radical das organizações militares burguesas.

Quem falou na língua rúnica da cotação da bolsa?

A burguesia.

A “Assembléia Nacional alemã” e seu “poder central” traíram Viena. Quem eles representavam?

Sobretudo a burguesia.

A vitória da “ordem e liberdade croata” em Viena estava condicionada pela vitória da república “honestá” em Paris. Quem venceu nas jornadas de junho?

A burguesia.

Com a vitória em Paris, a contra-revolução européia começou a comemorar sua orgia.

Nas jornadas de fevereiro e março o poder armado fracassou por toda parte. Por quê? Porque ele não representava nada além do próprio governo. Depois das jornadas de junho ele venceu por toda parte, porque por toda parte a burguesia se entendera secretamente com ele, enquanto, por outro lado, tinha em suas mãos a direção oficial do movimento revolucionário e tomou todas aquelas meas medidas cujo fruto natural é o aborto.

O fanatismo nacional dos tchecos foi a ferramenta mais poderosa da camarilha vienense. Os aliados já se desentenderam. Nossos leitores encontrarão neste número o protesto da deputação de Praga contra a impertinência vil com a qual foi saudada em Olmütz.

Este é o primeiro sintoma da guerra que começará entre o partido eslavo e seu herói Jellachich e o partido da simples camarilha, posta acima de toda nacionalidade, e seu herói Windischgrätz. Por seu lado, o campo-

nês alemão na Áustria ainda não está pacificado. Sua voz será atravessada estridentemente pela assuada nacional austríaca. E por um terceiro lado, a amável voz do czar será ouvida até em Pest; seus carrascos aguardam a palavra decisiva no principado do Danúbio.

Finalmente, só a última resolução da Assembléia Nacional alemã em Frankfurt, que incorpora a Áustria alemã ao reino alemão, devia levar a um enorme conflito, se o poder central alemão e a Assembléia Nacional alemã não acreditassem ter cumprido sua tarefa ao entrar no palco para serem vaiados pelo público europeu. Apesar de sua resignação religiosa, a luta na Áustria assumirá dimensões gigantescas, como a história mundial ainda não viu.

Agora mesmo foi representado em Viena o segundo ato do drama, cujo primeiro ato foi representado em Paris sob o título: “As Jornadas de Junho”. Em Paris mobilizados, em Viena “croatas” — em ambos lazzaronis, o lumpem-proletariado armado e comprado contra o proletariado trabalhador e pensante. Em Berlim presenciaremos em breve o terceiro ato.

Posto que a contra-revolução viveu em toda a Europa pelas armas, ela morreria em toda a Europa pelo dinheiro. O fato que cassaria a vitória seria a — bancarrota europeia, a bancarrota do Estado. Nos escolhos “econômicos” as pontas das baionetas quebram-se como pavio macio.

Mas o desenvolvimento não espera o dia do vencimento da letra de câmbio que os Estados europeus sacaram contra a sociedade europeia. Em Paris

o contragolpe que aniquilou a revolução de junho será vencido. Com a vitória da “república vermelha” em Paris os exércitos serão lançados do interior dos países sobre as fronteiras, e o poder real dos partidos em luta se revelará claramente. Então nos lembraremos de junho, de outubro, e também nós clamaremos:

Vae victis!⁶³

A carnificina inútil desde as jornadas de junho e outubro, a enfadonha festa de sacrifício desde fevereiro e março, o canibalismo da própria contra-revolução convencerão o povo de que só há um meio para encurtar, simplificar, concentrar as terríveis dores da agonia da velha sociedade e as sangrentas dores do nascimento da nova sociedade, só um meio — o terrorismo revolucionário.

*A crise em Berlim*⁶⁴

(NGR, nº 138, 9/11/1848)

A situação parece muito complicada, mas é muito simples.

O rei, como a Nova Gazeta

63. *Aidos vencidos!*— Grito de Brennus antes da tomada e destruição de Roma pelos gauleses (390 a.C.).

64. O artigo “A crise em Berlim” e a série de artigos “A contra-revolução em Berlim”, de Karl Marx, são um eco imediato da preparação e do começo do golpe de estado contra-revolucionário em Berlim. Em 8 de novembro, o rei destituiu o ministério Pfuel e nomeou o ministério Brandenburg-Manteuffel, abertamente contra-revolucionário. Em 9 de novembro foi anunciada à Assembléia Nacional prussiana uma “mensagem suprema” do rei, que ordenava seu adiamento e

Prussiana⁶⁵ corretamente observa, assenta “sobre os mais amplos fundamentos” seus direitos “hereditários pela graça de Deus”.

Do outro lado, a Assembléia Nacional não se assenta sobre absolutamente nenhum fundamento, ela deve primeiro constituir, estabelecer o fundamento.

Dois soberanos!

O elo de ligação entre ambos é Camphausen, a teoria ententista.

Logo que os dois soberanos não puderem ou não quiserem mais conciliar, eles se transformarão em dois soberanos inimigos. O rei tem o direito de atirar a luva à Assembléia, e a Assembléia tem o direito de atirar a luva ao rei. O maior direito está do lado do maior poder. O poder se comprova na luta. A luta se comprova na vitória. Ambos os poderes só podem fazer valer seu direito pela vitória, seu não-direito só pela derrota.

Até agora, o rei não é um rei constitucional. É um rei absoluto, que se decide ou não pelo constitucionalismo.

transferência de Berlim para a cidadezinha provinciana de Brandenburg. Era o começo do golpe de Estado, consumado com a dissolução da Assembléia Nacional prussiana e a outorga de uma constituição em 5 de dezembro de 1848.

A *Nova Gazeta Renana* fez tudo para mobilizar as massas populares para a luta contra este golpe de Estado contra-revolucionário.

65. *Nova Gazeta Prussiana* – jornal diário publicado em Berlim desde junho de 1848; foi o órgão da camarilha contra-revolucionária da corte e dos *junkers* prussianos. Esse jornal também era conhecido pelo nome de “Gazeta da Cruz”, porque trazia em seu título uma cruz de ferro, circundada pelas palavras “Avante com Deus pelo Rei e pela Pátria”.

Até agora, a Assembléia não é constitucional, é constituinte. Até agora ela tentou constituir o constitucionalismo. Ela pode desistir ou não de sua tentativa.

Ambos, o rei e a Assembléia, submeteram-se provisoriamente aos rituais constitucionais.

A reivindicação do rei, de constituir ao seu arbítrio um ministério Brandenburg,⁶⁶ apesar da maioria da Câmara, é a reivindicação de um rei absoluto.

A pretensão da Câmara de proibir ao rei, por meio de uma deputação direta, a constituição de um ministério Brandenburg é a pretensão de uma Câmara absoluta.

O rei e a Assembléia pecaram contra a convenção constitucional.

O rei e a Assembléia, cada um em seu âmbito originário, recuaram, o rei conscientemente, a Câmara inconscientemente.

A vantagem está do lado do rei.

O direito está do lado do poder.

A frase sobre o direito está do lado da impotência.

O ministério Rodbertus seria o zero, em que mais e menos se paralisam.

A contra-revolução em Berlim

(NGR, nº 141, 12/11/1848)

O ministério Pfuel foi um “mal-entendido”; seu verdadeiro sentido é o

66. Brandenburg, Friedrich Wilhelm, conde de (1792-1850): general e estadista prussiano, primeiro-ministro contra-revolucionário (novembro de 1848 a dezembro de 1850).

ministério Brandenburg. O ministério Pfuel foi a indicação do conteúdo, o ministério Brandenburg é o conteúdo.

Brandenburg na Assembléia e a Assembléia em Brandenburg.⁶⁷

Eis o epitáfio da casa Brandenburg!⁶⁸

O imperador Carlos V ficou surpreso por ter sido enterrado vivo.⁶⁹ Uma piada de mau gosto cinzelada em sua lápide afirma que isto é mais do que a pena capital, que o imperador Carlos V incluiu em seu Código Penal.⁷⁰

Brandenburg na Assembléia e a Assembléia em Brandenburg!

No passado um rei da Prússia compareceu à Assembléia. Não era o verdadeiro Brandenburg. O marquês de Brandenburg, que anteontem compareceu à Assembléia, era o verdadeiro rei da Prússia.

O Corpo da Guarda na Assembléia, a Assembléia no Corpo da Guarda! — isto é: Brandenburg na Assembléia, a Assembléia em Brandenburg!

67. Alusão às palavras de Frederico Guilherme IV a respeito do ministério Brandenburg: “Ou Brandenburg na Câmara, ou a Câmara em Brandenburg”. A *Nova Gazeta Prussiana*, em seu número de 9 de novembro, ajustou: “Brandenburg na Câmara e a Câmara em Brandenburg”.

68. A dinastia dos Hohenzollern, que em 1417 recebeu o marquesado de Brandenburg como feudo hereditário.

69. O imperador Carlos V, segundo a tradição, pouco antes de sua morte, organizou as cerimônias de seu próprio funeral e tomou parte pessoalmente nessas solenidades fúnebres.

70. O *Código Penal* de Carlos V (“*Constitutio criminalis carolina*”), aprovado em 1532 pelo parlamento em Ratisbona, destacava-se por suas penas extraordinariamente cruéis.

Ou a Assembléia em Brandenburg — como se sabe, Berlim fica na província de Brandenburg — será o senhor... sobre o Brandenburg na Assembléia? Brandenburg procurará proteção na Assembléia, como no passado Capeta em outra Assembléia?⁷¹

Brandenburg na Assembléia e a Assembléia em Brandenburg é uma expressão dúbia, ambígua, prenhe de destino.

É sabido que os povos dão cabo com facilidade infinitamente maior dos reis do que das assembleias legislativas. A história possui um catálogo de revoltas inúteis do povo contra as assembleias nacionais. Oferece apenas duas grandes exceções. O povo inglês pulverizou o longo parlamento na pessoa de Cromwell, o povo francês o corpo legislativo na pessoa de Bonaparte. Mas o longo parlamento já se tornara havia muito uma carcaça, o corpo legislativo havia muito um cadáver.

Seriam os reis mais felizes do que os povos nas sublevações contra as assembleias legislativas?

Carlos I, Jakob II, Luís XVI, Carlos X retratam ancestrais pouco promissores.

Mas na Espanha, na Itália há antepassados mais felizes. E recentemente em Viena?

71. O rei francês Luís XVI (Louis Capet), durante a insurreição popular de 10 de agosto de 1792, que derrubou a monarquia na França, procurou proteção na Assembléia Nacional. No dia seguinte, o rei foi preso. A Convenção, que se reunia como tribunal acima de Luís XVI, declarou-o culpado de conspiração contra a liberdade da nação e a segurança do Estado e o condenou à morte.

Mas não devemos nos esquecer de que em Viena tinha assento um Congresso popular e que os representantes do povo eslavo, com exceção da Polônia, marcharam alegremente para o acampamento imperial.⁷²

A guerra da camarilha vienense contra o parlamento era ao mesmo tempo a guerra do parlamento eslavo contra o parlamento alemão. Na Assembléia de Berlim, ao contrário, não são os eslavos que formam uma cisão, mas somente os escravos, e escravos, escravos não são um partido, são no máximo a retaguarda de um partido. A desertora direita berlinense⁷³ não leva nenhuma força ao campo inimigo, e sim o infecta com uma doença mortal, com a traição.

Na Áustria o partido eslavo venceu com a camarilha; ele agora lutará com a camarilha pelo botim. Se a camarilha berlinense vencer, não terá de dividir a vitória com a direita e a fará valer contra a direita; ela lhe dará uma gorjeta e um pontapé.

72. A maioria dos deputados eslavos do parlamento austríaco de 1848 pertencia aos círculos liberais da burguesia e dos proprietários rurais, que aspiravam a resolver a questão nacional pelo caminho da conservação e fortalecimento da monarquia Habsburgo por meio de sua conversão em uma federação de nacionalidades com direitos iguais.

73. Em 9 de novembro de 1848 a Assembléia Nacional prussiana foi notificada de um "comunicado supremo" do rei sobre o adiamento da Assembléia e sua transferência de Berlim para Brandenburg. Em consequência disso, a maioria dos deputados da ala direita abandonou obedientemente a sala de sessões, entre eles também dois deputados de Colônia (Haugh e Von Wittgenstein).

A Coroa prussiana está em seu direito quando enfrenta a Assembléia como uma Coroa absoluta. Mas a Assembléia está no não-direito, porque não enfrenta a Coroa como uma Assembléia absoluta. Acima de tudo ela deveria prender os ministros por alta traição, por alta traição contra a soberania do povo. Deveria pôr sob vigilância, fora da lei, todo funcionário que desse ouvidos a outras ordens que não as suas.

Assim seria possível que a fraqueza política com que a Assembléia Nacional se reuniu em Berlim se transformasse em sua força burguesa nas províncias.

A burguesia teria transformado com muito prazer a monarquia feudal em uma monarquia burguesa pelo caminho amistoso. Depois de arrancar ao partido feudal os braços e títulos ofensivos a seu orgulho burguês e os rendimentos pertencentes à propriedade feudal que violam o modo de apropriação burguês, ela teria com todo o prazer se casado com o partido feudal e subjugado o povo junto com ele. Mas a alta burocracia não quer decair criada de uma burguesia, de quem fora, até agora, a despótica mestre-escola. O partido feudal não quer queimar no altar da burguesia suas distinções e seus interesses. E, finalmente, a Coroa vê nos elementos da velha sociedade feudal, de que é a mais alta emanção, seu chão social verdadeiro e natural, ao passo que, na burguesia, vê um terreno estranho e artificial, do qual só poderia se sustentar sob a condição de definhar.

A burguesia transforma o inebriante “pela graça de Deus” em um sóbrio título jurídico, o domínio do sangue no domínio do papel, o sol real numa burguesa lâmpada astral.

Por isso a monarquia não se deixou persuadir pela burguesia, e respondeu à sua meia revolução com uma completa contra-revolução. Rebaixou a burguesia a braço da revolução, do povo, gritando-lhe:

Brandenburg na Assembléia e a Assembléia em Brandenburg.

Se admitimos não esperar da burguesia nenhuma resposta adequada à situação, não podemos deixar de observar, por outro lado, que também a Coroa, em sua insurreição contra a Assembléia Nacional, recorreu à sua hipócrita imperfeição e ocultou a cabeça sob a aparência constitucional, no mesmo momento em que procurava se desfazer dessa incômoda aparência.

Brandenburg permitiu ao poder central alemão dar a ordem para seu golpe de Estado. Os regimentos da Guarda foram mobilizados em Berlim por ordem do poder central. A contra-revolução em Berlim ocorreu por ordem do poder central alemão. Brandenburg deu a Frankfurt a ordem para lhe dar esta ordem. Frankfurt negou sua soberania no momento em que quis estabelecê-la. O sr. Bassermann⁷⁴ natu-

ralmente agarrou com ambas as mãos a oportunidade de o lacaio brincar de senhor. Mas ele tem a satisfação de que o senhor, por seu lado, brinque de lacaio.

Também em Berlim a sorte está lançada: o dilema está posto, rei ou povo — e o povo vencerá com o grito: Brandenburg na Assembléia e a Assembléia em Brandenburg.

Podemos passar ainda por uma dura escola, mas é a pré-escola da revolução plena.

(NGR, nº 141, 12/11/1848, 2ª edição)

A revolução européia percorre um ciclo. Começou na Itália, em Paris assumiu um caráter europeu, Viena foi o primeiro eco da Revolução de Fevereiro, Berlim o eco da Revolução de Viena. Na Itália, em Nápoles, a contra-revolução européia assestou seu primeiro golpe, em Paris — as jornadas de junho — assumiu um caráter europeu, Viena foi o primeiro eco da contra-revolução de junho, em Berlim ela se consumou e se comprometeu. De Paris novamente o galo gaulês despertará a Europa.⁷⁵

Mas em Berlim a contra-revolução se comprometeu. Em Berlim tudo se comprometeu, mesmo a contra-revolução.

74. Bassermann, Friedrich Daniel (1811-1855): livreiro em Mannheim, político liberal moderado; em 1848-49, foi representante do governo de Baden na Dieta; membro do Parlamento Preparatório e da Assembléia Nacional de Frankfurt (centro-direita).

75. *O canto do galo gaulês* – Heinrich Heine, em texto de 1831, diz em relação à revolução francesa de 1830: “O galo gaulês cantou agora pela segunda vez, e também na Alemanha fez-se dia”.

Em Nápoles o lumpem, aliado com a monarquia, contra a burguesia.

Em Paris a maior luta histórica que já ocorreu. A burguesia, aliada com o lumpem, contra a classe trabalhadora.

Em Viena todo um enxame de nacionalidades, que viram na contra-revolução sua emancipação. Além disso, secreta perfídia da burguesia contra os trabalhadores e a Legião Acadêmica. Luta na própria Guarda Civil. Finalmente — ataque do povo, que deu o pretexto para o ataque da corte.

Em Berlim nada disso. A burguesia e o povo de um lado — os suboficiais do outro.

Wrangel⁷⁶ e Brandenburg, dois homens sem cabeça, sem coração, sem tendência, meros bigodes — eis a oposição a essa Assembléia Nacional quizilenta, hesitante, incapaz de decidir.

Vontade! Ainda que seja a vontade de um asno, de um boi, de um bigode — vontade é o único requisito dos abúlicos quizilentos em face da Revolução de Março. E a corte prussiana, que não tem qualquer vontade, assim como a Assembléia Nacional, procura os dois homens mais estúpidos da monarquia e diz a estes leões: Representai a vontade. Pfuel tinha ainda algumas partículas de cérebro. Mas por trás da

76. Wrangel, Friedrich Heinrich Ernst, conde de (1784-1877): general prussiano, um dos líderes da camarilha militar reacionária; em 1848, general-comandante do 3º Corpo de Exército em Berlim, participou do golpe de Estado contra-revolucionário em novembro de 1848.

estupidez absoluta se ocultavam os criticastros das conquistas de março.

“Com a estupidez mesmo os deuses lutam em vão”,⁷⁷

exclama a perplexa Assembléia Nacional.

E estes Wrangels, estes Brandenburs, estes cérebros sem tino, que podem querer, porque não têm nenhuma vontade própria, porque querem o que lhes é ordenado, que são estúpidos o suficiente para se enganar quanto às ordens que se lhes dá com voz estremecida, com lábios trêmulos, também eles se comprometeram, à medida que não vêm para quebrar cabeças, a única tarefa da qual estes rompemuros estão à altura.

Wrangel não vai além de admitir que só conhece uma Assembléia Nacional, a que obedece a ordens! Brandenburg toma aulas de decoro parlamentar, e, depois de exasperar a Câmara com seu grosseiro e repugnante dialeto de suboficial, deixa o “tirano ser tiranizado” e obedece a ordens da Assembléia Nacional, pedindo a palavra que havia pouco queria tomar.

“Melhor ser um piolho na lã de uma ovelha Do que uma tão valente estupidez!”⁷⁸

A atitude tranqüila de Berlim nos diverte; contra ela quebram-se os ideais do suboficialato prussiano.

77. Schiller, *A donzela de Orléans*, Ato 3, cena 3.

78. Shakespeare, *Tróilo e Cressida*, Ato 3, cena 3.

Mas e a Assembléia Nacional? Por que não pronuncia o *mise hors de loi*,⁷⁹ por que não declara os Wrangels fora-da-lei, por que nenhum deputado entra em meio às baionetas de Wrangel e o declara proscrito e arenga à soldadesca?

A Assembléia Nacional de Berlim folheia o *Moniteur*,⁸⁰ o *Moniteur de 1789-1795*.

E o que fazemos nós neste momento?

Recusamos os impostos. Um Wrangel, um Brandenburg compreendem — pois estas criaturas estudam árabe dos Hyghlans⁸¹ — que trazem uma espada e um uniforme e recebem salários. Mas de onde vêm a espada, o uniforme e o salário, isso eles não compreendem.

Só há um meio de derrotar a monarquia — isto é, até a época da anti-Revolução de Junho em Paris, que ocorrerá em dezembro.⁸²

A monarquia não desafia apenas o povo, desafia a burguesia.

79. Declarar fora-da-lei.

80. *Le Moniteur Universel* – jornal diário francês, publicado em Paris de 1789 a 1901. De 1799 a 1814 e de 1816 a 1868 foi o órgão oficial do governo. Durante a Revolução Francesa, o jornal publicou as atas das sessões parlamentares assim como as leis e atos do governo revolucionário.

81. Em 3 de novembro de 1848, a *Gazeta de Colônia* escreveu sobre a linhagem africana imaginária dos “Hyghlans”, uma forma intermediária entre homem e macaco. “Muitos deles”, dizia-se ali, “estudam a língua árabe”. A *Nova Gazeta Renana* de 5 de novembro zombou dessa notícia e observou, entre outras coisas, que “esta descoberta (...) tem de qualquer modo o maior significado para o partido dos criticastros, que encontra nos Hyghlans um superlativo apropriado”.

82. Em *dezembro de 1848*, de acordo com a Constituição, deveriam ocorrer, na França, eleições

Derrotemo-la, pois, à maneira burguesa.

E como se derrota a monarquia à maneira burguesa?

Fazendo-a morrer de fome.

E como fazê-la morrer de fome?

Recusando os impostos.

Refleti bem nisso! Todos os príncipes da Prússia, todos os Brandenburs e Wrangels não produzem nenhuma munição de boca. Vós, vós produzis mesmo a munição de boca.

(NGR, nº 142, 14/11/1848)

Como outrora a Assembléia Nacional francesa encontrou trancada sua sala de sessões oficial e precisou continuar suas deliberações no Salão de Baile, assim a Assembléia Nacional prussiana no Clube de Atiradores.⁸³

presidenciais. A Constituição francesa de 4 de novembro de 1848 concedeu ao presidente, como chefe supremo do poder Executivo, plenos poderes e depôs em favor do fortalecimento de atitudes contra-revolucionárias da burguesia dominante desde a insurreição do proletariado parisiense em junho de 1848. Como resultado das eleições de 10 de dezembro, Luís Bonaparte tornou-se presidente da República.

83. Como resposta ao “comunicado supremo” sobre o adiamento da Assembléia Nacional Prussiana e sua transferência de Berlim para Brandenburg, a maioria dos deputados decidiu continuar as deliberações em Berlim. Em consequência disso, a Assembléia Nacional foi expulsa, em 10 de novembro de 1848, de seu até então local de sessões, o Teatro, e de 11 a 13 de novembro reuniu-se no Clube de Atiradores de Berlim. A histórica sessão da Assembléia Nacional francesa no salão de baile em Versalhes ocorreu em 20 de junho de 1789.

A decisão tomada no Clube de Atiradores e informada por nosso correspondente em Berlim no suplemento extra de hoje de manhã, pela qual Brandenburg foi declarado culpado de alta traição, não se encontra nas notícias da *Gazeta de Colônia*.⁸⁴

Nesse meio tempo, recebemos há pouco a carta de um membro da Assembléia Nacional, em que se lê literalmente:

“A Assembléia Nacional declarou unanimemente (242 membros) que Brandenburg, por esta medida (a dissolução da Guarda Civil), se tornou culpado de alta traição, e todos os que contribuírem ativa ou passivamente para a execução dessa medida serão considerados culpados de alta traição.”⁸⁵

A credibilidade de Dumont é conhecida.

Uma vez que a Assembléia Nacional declara Brandenburg culpado de alta traição, cessa por si mesmo o dever de pagar impostos. A um governo culpado de alta traição não se deve nenhum imposto. Amanhã informaremos detalhadamente a nossos leitores como, em conflitos semelhantes, no

84. *Gazeta de Colônia* – jornal diário, publicado desde 1802 em Colônia. Nos anos 1830 e princípios dos 40, defendeu a Igreja católica contra o protestantismo dominante na Prússia; em 1848-49 refletiu a política covarde e traidora da burguesia liberal prussiana e dirigiu uma luta contínua e encarniçada contra a *Nova Gazeta Renana*.

85. Essa decisão foi tomada pela Assembléia Nacional prussiana em sua 98ª sessão, em 11 de novembro de 1848, no Clube de Atiradores de Berlim (ver “Sessões da Assembléia Constituinte na Prússia”, vol. 9, volume suplementar).

mais antigo país constitucional, na Inglaterra, foi tratada a negação dos impostos.⁸⁶ Além disso, o próprio governo de alta traição mostrou ao povo o caminho correto, já que ele imediatamente negou à Assembléia Nacional os impostos (as diárias etc.) e procurou matá-la de fome.

O supracitado deputado escreveu nos mais adiante:

“A Guarda Civil não deporá suas armas.”

A luta parece, portanto, inevitável, e é dever da província do Reno apressar-se a socorrer, com homens e armas, a Assembléia Nacional de Berlim.

A dissolução da Assembléia Nacional

(NGR, nº 162, 7/12/1848, suplemento extra)

A contra-revolução chegou a seu segundo estágio. A Assembléia Nacional foi dissolvida.⁸⁷ Uma constituição

86. Na *Nova Gazeta Renana* nº 142 (segunda edição) e nº 143, de 14 e 15 de novembro de 1848, foi publicado o artigo de Georg Weerths “A negação dos impostos na Inglaterra quando do Reform-Bill no ano de 1832”.

87. Em 5 de dezembro de 1848 foi publicada uma ordenança real sobre a *Dissolução da Assembléia Nacional prussiana*. No relatório do ministério sobre essa ordenança a Assembléia Nacional foi especialmente repreendida por não ter obedecido ao “comunicado supremo sobre a transferência das sessões da Assembléia convocada para se entender sobre uma constituição de Berlim para Brandenburg”- uma medida que supostamente deveria “garantir a liberdade de deliberação dos representantes do povo diante dos movimentos anarquistas da capital e suas influências terroristas”.

outorgada foi anunciada sem mais pela “graça suprema”.

Toda a hipocrisia posta em andamento desde maio com a “entente” despojou-se de sua última capa.

A Revolução de Março foi declarada nula, e o “domínio pela graça de Deus” festeja seu triunfo.

A camarilha, os junkers, a burocracia e toda a reação com ou sem uniforme se rejubila por finalmente poder outra vez tanger o povo rude de volta para o estábulo do Estado “germanocristão”.

*O golpe de Estado
da contra-revolução*

(NGR, nº 163, 8/12/1848)

A Assembléia Nacional foi dissolvida. Os representantes do povo foram dispersados “pela graça de Deus”.

Ao golpe de Estado executado com tal ousadia juntou o ministério em seus Considerandos a violência da zombaria mais amarga.

A Assembléia Nacional colhe agora os frutos de sua crônica fraqueza e covardia. Durante meses, ela permitiu que a conspiração contra o povo prosseguisse calmamente, se tornasse forte e poderosa, e por isso agora cai como sua primeira vítima.

Também o povo expia aquilo de que se tornou culpado em março e ainda em abril e maio por generosidade ou, mais exatamente, por estupidez, e por último pela assim chamada “resistência passiva”. Ele recebeu agora uma lição de que certamente se aproveitará.

Sua próxima vitória porá um fim à “entente”, como a todas as restantes frases e hipocrisias.